

afluentes

Quando o território se faz solução: Memórias de um processo coletivo





Expediente

Projeto
Afluentes – Uma Cultura Ecológica em um Mundo Sustentável

Publicação
Diário de Percurso
Afluentes: quando o território se faz solução - memórias de um processo coletivo

Realização
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Coordenação Geral
Ednéia Gonçalves, Marcos José Pereira da Silva, Maria Virgínia de Freitas

Coordenação da Unidade de Projetos Especiais
Juliane Cintra e Sérgio Haddad

Equipe do projeto Afluentes
Sérgio Haddad
Juliane Cintra
Janaina Uemura
Paola Almeida

Jovens Articuladores pela Justiça Socioambiental
Andrey Kaique Mazzei dos Santos
Anna Luiza Sousa Cruz Felix
Antony Lucas Resende
Caynã Pankararu
Dandara Medeiros

Davi Augusto de Camargo Pêgo
Emily Silva Fernandes
Gabriel Maciel de Oliveira
Giselle Maria Pereira de Almeida
Gustavo Figueiredo Dias
Gustavo Nascimento Dias da Cunha
Isabella Bueno de Castro Marques
Ismailla Carneiro da Silva
Izabeli Gonçalves

Luis Guilherme Nobrega Amorim
Maria Antónia da Gama Silva
Maria Clara Pereira Brito
Maria Eduarda Rodrigues de Almeida
Mayara Cristina da Silva Trudes
Miguel Arvigo Pires de Castro Braz
Renata David Quinto
Richard da Silva Barbosa
Sthefany Cardoso Silva
Tankian Dos Santos Sousa
Vitória Felipe dos Santos
Vitória Bianca Cardoso da Paz

Equipe Centro de Formação da Ação Educativa: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos
Denise Eloy
Paulo Cardoso

Equipe Centro de Eventos - Espaço Cultural Periferia no Centro
Raquel Luanda
Rogéria Farias

Revisão
Madrigais Produção Editorial

Apoio à mobilização comunitária
Fundação Tide Setúbal
Frente Periférica por Direitos

Ano
2025

Sumário

Agradecimentos 08

1. Apresentação 11

2. Introdução 15

3. Processo formativo 21

4. Realização dos grupos de diálogo 35

5. Sistematização dos resultados dos Grupos de Diálogo (Problemas/Propostas) 45

6. Aprendizados da formação Afluentes 57

Agradecimentos

Concluir o projeto Afluentes em um momento histórico marcado pela realização da COP30, a 30^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada desta vez no nosso chão, em Belém do Pará, é algo profundamente significativo. Vivemos um período atravessado por inúmeros desafios que impactam a sociedade brasileira e global, especialmente no campo da defesa dos direitos da natureza. Nesse cenário, a realização, pela primeira vez, de uma COP em território amazônico, em um país marcado por uma forte tradição de lutas sociais, revela essas coincidências históricas atravessadas pelo pulso singular das transformações.

As ruas foram ocupadas por povos indígenas, comunidades tradicionais, juventudes e movimentos populares, muitos deles articulados em torno da Cúpula dos Povos, expressando, por meio da força coletiva, a contestação às estruturas que insistem em sustentar modos de produção de vida marcados pela espoliação do ser humano e desrespeito da natureza.

Esse encontro evidenciou que a radicalidade necessária para imaginar outros futuros nasce justamente da mobilização dos diversos territórios e da ação de sujeitos múltiplos que seguem defendendo todas as formas de existência diante das crises atuais.

Esse percurso expressa também o amadurecimento da própria Ação Educativa ao articular, de forma cada vez mais consolidada, sua trajetória com as juventudes e com a educação popular, dessa vez, no enfrentamento das desigualdades socioambientais. Trata-se de um gesto que reafirma a função social de uma organização da sociedade civil que, ao longo de mais de trinta anos de atuação, permanece atenta às demandas da conjuntura, buscando produzir respostas às complexidades que nos desafiam.

A aposta que sustenta o Afluentes dialoga com uma compreensão histórica das lutas sociais no Brasil: enfrentar as desigualdades exige reconhecer que raça e gênero estruturam as dinâmicas de exclusão que atravessam todos os espaços,

em especial, os periféricos. Nesse sentido, esta iniciativa coletiva não se propõe a “reinventar a roda” ou a apresentar soluções isoladas e extraordinárias, mas reafirma um modo de fazer pedagógico que articula afeto, teoria e prática insurgente como forças capazes de mover a ação coletiva. Ao longo dessa travessia, tal jornada apontou horizontes possíveis, afirmando que a atuação situada no território segue sendo lugar central para a invenção de novos sentidos de mundo.

É desde esse lugar que este diário reivindica o presente político como tempo do fazer coletivo, da produção de conhecimento e da experimentação. Ao registrar diagnósticos e proposições, buscamos também deixar memória de uma experiência de educação popular vivida por nós e pelos jovens articuladores ao longo da iniciativa, no desejo de que esse registro possa continuar inspirando lutas e articulações em diferentes contextos.

A conexão entre a mobilização global vista na COP30 e as ações do projeto Afluentes reafirma uma compreensão ampliada de direitos humanos, que reconhece a indissociabilidade entre a dignidade humana e a proteção do meio ambiente — afinal, não existimos fora da natureza: somos parte dela. Assim, o trabalho nos territórios, a formação das juventudes e a articulação comunitária aparecem como expressões de uma mesma força histórica que, em diferentes escalas, aponta a defesa dos direitos sócio-territoriais como horizonte comum.

E é fundamental lembrar que nada disso teria sido possível sem as pontes de trabalho que foram erguidas e encontraram no Jardim Lapenna — e especialmente no Galpão ZL — um território de trocas e cooperação.

Agradecemos à Fundação Tide Setubal e à Frente Periférica por Direitos pelo apoio fundamental à realização desta iniciativa, assim como às juventudes do Jardim Lapenna, às lideranças comunitárias e aos educadores e educadoras que caminharam conosco nesta travessia coletiva, contribuindo com escuta, saberes e proposições voltadas ao fortalecimento da justiça socioambiental no território.

Equipe Ação Educativa – projeto Afluentes
São Paulo, 2025

1. Apresentação

Este caderno é a sistematização do trabalho desenvolvido no âmbito do **projeto Afluentes – Uma Cultura Ecológica em um Mundo Sustentável**, realizado pela **Ação Educativa**¹ em parceria com o **Coletivo 660**² e produzida com recursos provenientes de termo de fomento³ da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC-SP) do Governo do Estado de São Paulo.

O projeto Afluentes teve como objetivo formar e mobilizar jovens de territórios periféricos para promover uma cultura de justiça socioambiental no estado de São Paulo. A partir da realidade local, especialmente do território do Jardim Lapenna, na zona leste de São Paulo, o projeto buscou – neste momento, em parceria com a Frente Periférica por Direitos e com a Fundação Tide Setúbal – construir propostas e recomendações para enfrentar os desafios climáticos e ambientais, para conectar o local às grandes agendas globais.

As atividades do projeto foram estruturadas em três fases:

- **Formação de jovens lideranças**, com cursos preparatórios que abordaram temas como racismo ambiental, emergência climática e políticas públicas;
- **Grupos de Diálogo e Rodas de Conversa**, conduzidos pelos jovens integrantes

1 Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura, da juventude, da tecnologia e do meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos. Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadoras/es, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à garantia desses direitos. Desenvolve pesquisas e metodologias participativas com foco na construção de políticas públicas sintonizadas com as necessidades e interesses da população. Sua missão é a defesa de direitos educativos, culturais e das juventudes, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil.

2 A Ação Educativa conta com uma Unidade Programática de Projetos Especiais que, entre suas diversas atividades, representa institucionalmente o Coletivo 660, que tem trabalhado ao longo dos últimos anos nas agendas socioambientais nos cenários políticos nacional e internacional. Há mais de duas décadas, as iniciativas propostas pelo Coletivo 660 abordam temas-chave na transição para um novo modelo sistêmico e cultura de sociedade, por meio da organização de eventos, seminários e debates para produção e difusão de conhecimento em coletâneas, papers e livros. O grupo, nascido em 2001 por ocasião da organização do Fórum Social Mundial, já articulou diversas atividades com instituições e parceiros internacionais, em uma rede de atores com importante papel na formulação de alternativas sistêmicas – como a Assembleia Mundial pela Amazônia.

3 Termo De Fomento N° 17/2024, Processo SCEC-PRC-2024-00158-DM-Demandá 68001, UGE 120101, referente ao projeto, “Uma Cultura Ecológica em um Mundo Sustentável”, oriundo da emenda parlamentar 202407058920.



do projeto Afluentes nos territórios, promovendo a escuta, debates e a elaboração de caminhos coletivos de ação;

•**Sistematização e participação social**, na qual os resultados foram transformados neste caderno em propostas para políticas públicas, colaborando para a mobilização local e a incidência em espaços estaduais, nacionais e internacionais.

Este material, portanto, sintetiza um processo formativo, participativo e criativo, construído coletivamente por jovens, moradores, lideranças comunitárias e parceiros institucionais. Mais do que um registro, é uma ferramenta de reflexão, mobilização e ação em defesa da justiça socioambiental.



“...quando a chuva cai, é pra lá que ela vai, e se não tiver espaço, ela toma o que for necessário.”

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, a cidade possui pouco menos que 300 rios. O geógrafo Luiz de Campos Jr. estima que, na verdade, esse número pode passar do dobro. São Paulo, assim como faz com seus rios, sufoca sua história. Porém, as águas insistem em lembrar. No noticiário, a palavra “desastre” encobre a violência planejada.

Quem paga o preço do progresso?

Uma das nascentes do rio Saracura brota de uma parede de tijolos de concreto. Sua água já não é mais própria para o consumo, devido a contaminantes lançados no solo. Seu local foi marcado porque, ainda que saia do concreto, ela não pode ser esquecida. Como cantou Geraldo Filme:

*“O samba não levanta mais poeira
Asfalto cobriu o nosso chão
Lembrança eu tenho do Saracura
Saudade eu tenho do nosso cordão.”*

Maria Eduarda

2. Introdução

Vivemos um momento crítico. O ano de 2024 foi o mais quente da história recente, e os sinais da crise climática estão cada vez mais próximos e mais brutais. No Brasil, temos vivenciado uma série de eventos climáticos extremos de forma cada vez mais frequente, com enchentes devastadoras que tiram vidas e destroem cidades, especialmente em áreas onde a degradação ambiental aumenta a vulnerabilidade das comunidades. Ao mesmo tempo, secas severas afetam diferentes regiões do país, resultado da combinação entre desmatamento, urbanização desordenada e um Sistema Terra⁴ cada vez mais desequilibrado.

Em São Paulo, o aumento da intensidade das chuvas e a precariedade da infraestrutura urbana têm revelado vulnerabilidades históricas, especialmente nas periferias, onde os impactos ambientais se somam às desigualdades sociais. Essas mudanças não são eventos isolados, mas sintomas de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas e da justiça socioambiental.

O Jardim Lapenna, na zona leste de São Paulo, é um exemplo emblemático dessa realidade. Trata-se de uma comunidade majoritariamente negra (70% da população) e jovem, marcada por forte vulnerabilidade social: mais da metade dos moradores está em situação de alta ou muito fragilidade socioeconômica, um quarto está desempregada e pouco mais de 25% vive com renda mensal de até R\$450,00. A população é formada, em grande parte, por migrantes nordestinos e mantém uma organização comunitária expressiva, articulada e engajada a partir de associações locais como, por exemplo, o Galpão ZL.

No entanto, a vida no bairro é marcada por riscos ambientais, desigualdade de acesso a serviços públicos e limitações de mobilidade. Esses aspectos foram

⁴ O Sistema Terra é o conjunto dos processos interconectados entre atmosfera, oceanos, gelo, superfície terrestre, biosfera e atividades humanas que controlam o clima da Terra. IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Sixth Assessment Report – Working Group I. Glossary (Annex VII), 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_AnnexVII.pdf

sistematizados nos estudos da Lupa na Cidade⁵ e no Plano de Bairro⁶ do Jardim Lapenna, desenvolvidos por nossos parceiros dos Grupos de Diálogo e rodas de conversa, e pela Fundação Tide Setúbal. Estes materiais serviram como base de análise e reflexão nos grupos de diálogo com os jovens integrantes do projeto Afluentes e moradores do território. Além disso, tais referências foram fundamentais para a elaboração deste caderno, para que o material partisse de diagnósticos sólidos, construídos em parceria com a comunidade e com instituições que têm acompanhado de perto sua realidade.

As enchentes são o problema mais citado e marcante, decorrente da ocupação da várzea de um afluente do rio Tietê. Com relevo plano e margens frágeis ocupadas por moradias (muitas não construídas em alvenaria, e algumas sobre palafitas), o bairro sofre com inundações recorrentes que comprometem a segurança e a saúde dos moradores, além da integridade de suas casas. Nessas ocasiões, móveis e eletrodomésticos se perdem, ruas ficam intransitáveis e a água contaminada aumenta o risco de doenças. Mesmo após a vazão, o deslocamento pelo bairro é complexo devido à precariedade da infraestrutura.

O descarte irregular de lixo agrava a situação. A coleta é insuficiente e, em alguns pontos, inexistente, resultando em acúmulo de resíduos nas ruas, terrenos baldios e margens do córrego. Essa condição favorece a proliferação de ratos, mosquitos e outros vetores de doenças, além de obstruir a drenagem e contribuir para as enchentes.

A mobilidade e a acessibilidade no Jardim Lapenna são severamente limitadas. O bairro é cercado por muros e trilhos da CPTM, e há somente três vias de acesso. Ruas sem asfalto, vielas estreitas e calçadas quebradas ou inexistentes dificultam o deslocamento, especialmente para idosos, crianças e pessoas com deficiência. A precariedade do asfaltamento e da pavimentação compromete

5 LOLON, Fernando Bezerra de; COSTA, Laryssa Kruger da; NARDI, Leandro (autores). A Lupa na Cidade: painel de indicadores de desenvolvimento de áreas urbanas vulneráveis. São Paulo: Insper Metricis; patrocinadores: Fundação Tide Setúbal e Itaú Social, 2020. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/a-lupa-na-cidade-painel-de-indicadores-d- desenvolvimento-de-areas-urbanas-vulneraveis/>. Acesso em: 15 ago. 2025

6 FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL; CEPESP-FGV. Plano de Bairro do Jardim Lapenna: território que temos e território que queremos. São Paulo: Fundação Tide Setúbal; CEPESP-FGV, 2017. Disponível em: https://cepsesp.fgv.br/sites/default/files/2023-12/Plano de Bairro_Lapenna-1%20%281%29.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025

o tráfego mesmo em períodos sem chuva, e a enchente agrava ainda mais a situação.

O risco sanitário e a saúde pública estão diretamente ligados à ausência de saneamento básico completo. Quase metade dos domicílios não tem acesso à água tratada e 10% despejam o esgoto a céu aberto. Essas condições elevam o risco de contaminações e agravam quadros de insegurança hídrica e alimentar. A ineficiência dos aparelhos públicos é sentida pela população. Embora no bairro haja equipamentos comunitários devido ao histórico de lutas e mobilização, o acesso a serviços como saúde e educação é prejudicado pela dificuldade de deslocamento e pela falta de manutenção adequada.

A realidade do Jardim Lapenna reflete o modo como a crise climática e ambiental se entrelaça com desigualdades históricas e estruturais. Moradores enfrentam cotidianamente não apenas eventos extremos, mas também a precariedade da infraestrutura urbana, a ausência de arborização e a poluição ambiental. Esses desafios exigem respostas urgentes e integradas, que articulem políticas públicas, investimentos em saneamento e mobilidade, fortalecimento da organização comunitária e ações de mitigação e adaptação climática. Mais do que resistir, a comunidade busca condições para viver com dignidade, segurança e justiça socioambiental.

Diante dessa realidade, fica evidente que os desafios ambientais e sociais enfrentados em territórios como o Jardim Lapenna não podem ser compreendidos isoladamente: fazem parte de um quadro mais amplo de **racismo ambiental**, que atravessa a história do Brasil e estrutura as desigualdades atuais. A luta contra essas injustiças demanda a valorização da memória, da cultura e do protagonismo das populações negras e periféricas, articulada à resistência cotidiana com as agendas de justiça racial e socioambiental.

É nesse contexto que iniciativas como o projeto Afluentes ganham relevância. Lançado durante o Festival Novembro Negro 2024, o projeto nasce com a missão de fortalecer jovens lideranças periféricas e ampliar as vozes que já vêm denunciando e propondo alternativas diante da crise climática e das desigualdades estruturais. Ao unir formação política, expressão cultural e articulação comunitária, o Afluentes reafirma que a **justiça racial é condição**

fundamental para a construção da justiça socioambiental, e que são justamente os territórios periféricos que apontam caminhos para um futuro sustentável e digno.



Rios de Luta

Nos rios que correm silentes,
passam histórias de resistência,
povos que enfrentam o vento
com coragem e persistência.

A cidade que cresce e se expande,
não vê a terra que chora,
o grito de quem sempre foi
esquecido, mas não vai embora.

Em cada esquina, uma memória,
em cada rua, uma batalha,
mas a força de quem resiste
é o que sempre mantém a falha.

Vitoria Cardoso

3. Processo Formativo

Festival Novembro Negro 2024 e Lançamento do projeto Afluentes – “Nós somos o começo, o meio e o começo”⁷

Parte das celebrações do Mês da Consciência Negra e dos 30 anos da Ação Educativa, um marco importante na trajetória do projeto **Afluentes** foi o seu lançamento durante o Festival Novembro Negro 2024. O evento, intitulado “Começo, Meio e Começo”, foi realizado em parceria com Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), Koinonia, Instituto Pólis e Núcleo Antirracista Virginia Bicudo da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespssp).

No dia 22 de novembro de 2024, a roda de conversa “Nós somos o começo, o meio e o começo: justiça racial como fundamento da justiça socioambiental” marcou oficialmente o lançamento do projeto Afluentes. Aberto ao público e gratuito, o bate-papo promoveu reflexões sobre a justiça racial como elemento central e indispensável para a construção da justiça socioambiental.

Com a participação da juventude que integra o projeto Afluentes e de especialistas como Luiz Marques (Coletivo 660), Ana Laura (Movimento Pretas) e Lorena Fadi Gonçalves da Rocha (Movimento Negro Evangélico), além de outras pessoas interessadas no tema, foram analisadas as interseções entre justiça racial e socioambiental. Essa troca de perspectivas visou fortalecer a compreensão de que as lutas por justiça racial e socioambiental são interseccionais e fundamentais para uma cultura ecológica e um futuro mais sustentável.

Foi uma grande oportunidade para refletir sobre o racismo ambiental, tema estruturante do projeto Afluentes e da crise socioambiental que vivemos no estado de São Paulo, e inspirar jovens e comunidades na construção de

⁷ A inspiração para o nome do projeto dialoga com os escritos de Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos), pensador quilombola brasileiro, cuja reflexão sobre ciclos de continuidade e reinvenção se expressa na ideia de que “nós somos o começo, o meio e o começo”.

alternativas reais, baseadas nos territórios, ao destacar como as trajetórias, experiências e desafios enfrentados no cotidiano podem oferecer caminhos concretos e transformadores. Junto aos nossos parceiros, celebramos a defesa dos direitos e a luta contra o racismo ambiental.

“A programação chamou a atenção para o fato de que o racismo ambiental se manifesta não apenas nos territórios periféricos e historicamente negros, mas também em áreas onde a presença negra é reduzida, tornando-se, assim, desiguais e hostis para essa população”, destaca Juliane Cintra, coordenadora de Projetos Especiais e uma das curadoras da programação.

No dia seguinte, 23 de novembro, a Vila Buarque foi tomada por uma ocupação cultural com apresentações artísticas, rodas de conversa e atividades que valorizaram a presença negra no território como espaço de resistência e identidade. A programação incluiu música, intervenções artísticas, danças, performances e manifestações culturais que reforçaram o espírito coletivo do território no Novembro Negro.

Jovens integrantes do projeto Afluentes estiveram presentes e fizeram parte também desse momento, contribuíram para a troca de experiências e fortaleceram vínculos entre a agenda da justiça racial e as práticas de sustentabilidade cultural e ambiental. A participação ativa da juventude no festival reforçou o compromisso da Ação Educativa em articular formação política, protagonismo juvenil e incidência cultural, e colocou as novas gerações no centro da construção de respostas ao racismo ambiental e às crises socioambientais contemporâneas.

As apresentações trouxeram temas da atualidade, como juventude negra, ecologia urbana e direito à cidade, diversidade de gênero e sexualidade, intolerância religiosa, digitalização da vida e o racismo ambiental, que se manifesta no centro e nas periferias. Ao ocupar o território da Vila Buarque, a Ação Educativa disputa uma narrativa sobre o bairro, criando um espaço de troca e visibilidade para as comunidades negras, reconhecendo o centro como um ponto de encontro histórico de diferentes expressões culturais e afetivas do povo negro.

Essa programação cultural ocupou a Rua General Jardim, no trecho entre as

ruas Doutor Vila Nova e Cesário Mota Júnior. Esse movimento contribui para a construção e ressignificação dos territórios negros por meio de vínculos afetivos e sociais, para a construção de novos marcos civilizatórios e possibilidades de existência, e afirma a necessidade de superar parâmetros que não contemplam a dignidade desse grupo social. “Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia”, afirma Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), pensador quilombola e referência no debate sobre racismo ambiental

Formação e Metodologias: práticas da educação popular no território

O curso foi desenvolvido pela Unidade de Projetos Especiais em parceria com o **Centro de Formação: Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos da Ação Educativa**, que adota metodologias participativas de educação popular. A proposta buscou considerar a integralidade dos sujeitos, valorizar os territórios e garantir um espaço de diálogo horizontal.

Foram estabelecidos acordos coletivos de convivência (como respeito mútuo, participação ativa, ambiente colaborativo e autogestão das atividades), com ênfase na escuta e na troca de experiências entre os jovens participantes.

O processo formativo combinou encontros síncronos com aulas assíncronas e ferramentas de colaboração online no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Ação Educativa⁸ (murais coletivos, exercícios de reflexão e dinâmicas em grupo). Além disso, cada encontro buscou relacionar os conteúdos teóricos com as realidades locais dos jovens, conectando os debates à sua atuação em comunidades periféricas.

O primeiro módulo do curso combinou análises críticas sobre a história socioambiental do Brasil (escravidão, racismo estrutural, destruição ambiental), a discussão sobre racismo ambiental como eixo central, e o protagonismo juvenil em propor alternativas e soluções coletivas. Além da dimensão conceitual, os encontros valorizaram a expressão artística (poemas e

⁸ Disponível em: ead.acaoeducativa.org.br

reflexões), o debate com lideranças indígenas e periféricas e a construção de um espaço de aprendizagem horizontal. **Os jovens foram convidados a relacionar os conteúdos com as próprias vivências territoriais, o que fortalece o vínculo entre formação política, justiça racial e socioambiental.**

Além das equipes da Unidade de Projetos Especiais e do Centro de Formação da Ação Educativa, o Módulo 1 contou com a participação de cinco formadores convidados, que trouxeram diferentes perspectivas sobre justiça socioambiental. O historiador Luiz Marques (Unicamp/Coletivo 660) apresentou análises sobre o legado da escravidão, o racismo estrutural e a crise ecológica contemporânea; a socióloga Gabriela Alves (Instituto Perifa Sustentável/Gota do Oceano) compartilhou sua experiência em inovação social e ativismo climático em territórios periféricos; o jovem comunicador indígena Emanuel Baniwa (Makira E'ta) contribuiu com reflexões sobre saúde mental, etnocomunicação e liderança indígena; a ativista climática Mahryan Sampaio (Instituto Perifa Sustentável) trouxe sua trajetória de incidência internacional em espaços da ONU e redes de juventude; e a antropóloga Moema Miranda (Rede Igrejas e Mineração/Coletivo 660) abordou o histórico de mobilização da sociedade civil no Brasil, com foco no tema da justiça socioambiental.

O Módulo 2 começou com a discussão sobre território, segregação espacial e racial, a partir do texto “Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas”⁹ e do conceito de gentrificação, para refletir como o espaço urbano é organizado de forma racializada.

Os participantes foram convidados a analisar os próprios bairros e identificar áreas de exclusão, e a relacionar a leitura ao vídeo Pacto Narcísico da Branquitude.¹⁰ Em seguida, a aula sobre quilombos, terras indígenas e comunidades periféricas trouxe a perspectiva de Antônio Bispo dos Santos (“Nego Bispo”), que valoriza o olhar dos povos tradicionais para repensar a cidade e denunciar a cosmófobia 9 Mendonça, Pedro Rezende; Silva, Fernanda Pinheiro da; Brito, Gisele. “Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas.” In: Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil, Instituto de Referência Negra Peregum. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>

¹⁰ Pacto Narcísico da Branquitude [vídeo]. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Do6oeg4y1n4>

presente na lógica urbana dominante.

Também foi estudado de forma mais direta e aprofundada o conceito de racismo ambiental com a websérie Terras, Territórios, Tecnologias¹¹, que mostra como populações negras nas periferias são impactadas pelas mudanças climáticas. Os participantes foram incentivados a conectar os relatos apresentados com as próprias vivências territoriais, além de registrar imagens e reflexões. O debate se aprofundou na aula dedicada ao ecocídio, que introduziu a noção de destruição sistemática de ecossistemas como crime contra a humanidade e como prática que se entrelaça às dinâmicas de desigualdade racial.

O módulo foi concluído com uma atividade criativa de síntese, em que cada participante pôde expressar sua compreensão do racismo ambiental a partir de linguagens diversas — texto, poesia, desenho, vídeo, fotografia ou música. Esse exercício final consolidou a proposta de relacionar teoria e prática, com destaque para como os impactos socioambientais se expressam no cotidiano, e abriu caminho para que os jovens participantes se reconhecessem como sujeitos ativos no enfrentamento dessas desigualdades.

O Módulo 3 iniciou-se com uma introdução que retomou a “grande aceleração” (PIB, energia, população) para situar o impacto humano no Sistema Terra. Em seguida, as aulas aprofundaram o conceito de fronteiras planetárias e as consequências de sua ultrapassagem; avançaram para aquecimento global e cidades, com uma análise de como os centros urbanos são, ao mesmo tempo, causa e consequência da crise climática; e trataram do ciclo da água relacionado a saneamento, enchentes e secas, bem como às desigualdades territoriais. Na sequência, discutimos desmatamento e desertificação em diálogo com a realidade urbana, e examinamos poluição e resíduos sólidos como expressão de modelos de consumo e descarte que atravessam objetos, territórios e pessoas. Por fim, abordamos a questão dos pontos de não retorno, ao relacionar riscos sistêmicos e urgências de ação.

¹¹ Fundação Rosa Luxemburgo – Brasil e Paraguai. WEBSÉRIE | Racismo Ambiental: Terras, Territórios, Tecnologias – Episódio 1 [vídeo]. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NowJ9CatLmI>

As atividades foram desenhadas para transformar o estudo em prática e ampliar o repertório crítico. Houve reflexões escritas no fórum com base nos vídeos e textos; um “inventário da água” no território, com registro fotográfico e breve relato; exploração do MapBiomas para observar mudanças de uso do solo, vegetação e corpos d’água. A dimensão propositiva apareceu com a escrita coletiva da “Carta do Futuro (2040)”, exercício de imaginação política que partiu das decisões de 2025 e ajudou a traduzir conteúdos em proposta de ação.

O módulo se encerrou com o “levantamento de problemas” nos territórios, sistematizado em um mural colaborativo. Cada participante indicou região, problema identificado e, quando possível, a relação com uma ou mais fronteiras planetárias. Esse mapa sensível e concreto de desafios constituiu a base direta para o Módulo 4, no qual os Grupos de Diálogo desenharam propostas e caminhos de incidência a partir do que foi estudado e vivido ao longo do período. O Módulo 4 foi desenhado como uma etapa teórico-prática para jovens lideranças, com foco em políticas públicas e construção de ações nos territórios. A espinha dorsal metodológica foram os Grupos de Diálogo, que serão apresentados posteriormente neste caderno.

Introduzimos a metodologia dos Grupos de Diálogo, distribuímos responsabilidades e definimos critérios para escolha dos territórios (pertencimento, desafios socioambientais relevantes, existência de mobilização local, diversidade territorial e acessibilidade para articulação presencial). Esses passos organizaram o planejamento das ações e a preparação de materiais (roteiros, caderno de caminhos, perguntas-disparadoras, estratégias de comunicação e curadoria cultural).

O módulo incorporou o “Acampamento da Juventude” presencial como momento de imersão e síntese: sistematizar roteiros dos Grupos de Diálogo, alinhar cronogramas, treinar mediação, ajustar estratégias de mobilização e costurar a dimensão formativa com a expressão artística (sarau, intervenções visuais, oficinas etc.) A vivência será apresentada em maior detalhe no próximo tópico.

Ainda neste módulo, tivemos a participação de Cristina Azevedo, a Kitty, que fez uma apresentação e guiou um debate sobre políticas públicas ambientais em

São Paulo: o que temos hoje e o que esperamos para o futuro, em uma reflexão sobre participação cidadã e monitoramento de políticas públicas, que ajudou a estruturar nosso conhecimento do tema para os grupos de diálogo. O Módulo 4 foi o ponto de convergência da formação e teve no Acampamento da Juventude seu momento culminante: **um espaço intensivo de prática e articulação coletiva**. Ali, os jovens consolidaram os aprendizados e se prepararam para assumir o protagonismo da etapa seguinte: a mediação dos Grupos de Diálogo.

Acampamento da Juventude

Nos dias 12 e 13 de julho de 2025, aconteceu o Acampamento da Juventude, parte do percurso formativo do projeto Afluentes. Ao reunir os jovens do projeto, o encontro foi construído como um espaço de imersão para articular saberes populares e científicos e experimentar metodologias dos grupos de diálogo, que futuramente seriam aplicadas no Jardim Lapenna.

Estudo do território e construção coletiva de olhares

A manhã começou com uma dinâmica de fotos do território: cada jovem teve de escolher duas imagens. Acontece que todos escolheram uma imagem que representa algo positivo e outra que revelava uma disfunção do seu território. **O exercício mostrou o esforço em equilibrar afeto e crítica, e reconhecer tanto a potência quanto às fragilidades dos lugares de onde vêm.** Na sequência, ocorreu a aula de Daiane Araújo dos Santos (assessora da Ação Educativa e coordenadora da rede comunitária Associação Casa dos Meninos).

Inspirados nos escritos do geógrafo Milton Santos, foram trabalhadas as ideias de que o corpo é nosso primeiro território, atravessado por relações de poder. Além disso, reconhece-se uma dimensão de território em que tais relações podem parecer distantes, embora, de fato, estejam presentes e operem em todos os espaços sociais.

Também discutimos que toda técnica carrega uma ideologia, pois nasce de interesses e valores de quem a cria, muitas vezes ligados ao consumo, ao lucro

ou ao controle. No entanto, essa técnica pode ser reinventada e usada de forma solidária, a favor da vida e da comunidade. Discutiu-se também a importância da escala (como no Google Maps, alternando visão geral e olhar detalhado) e a centralidade da “área de vivência”: o território cotidiano onde a vida se dá e pode ser transformada.

A partir das imagens de um homem negro, um homem em situação de rua e um homem branco, os grupos exploraram diferentes relações entre corpo, espaço e poder. As discussões giraram em torno da pressão por performance e apagamento cultural, mas também da exclusão social, da necropolítica e do privilégio simbólico e espacial de certos corpos. Essa leitura crítica foi conectada às reflexões sobre tecnologia, ideologia e disputa de narrativas.

À tarde aprofundou-se a ideia de cartografia dos territórios. A ausência de delimitação oficial em bairros periféricos, como o Jardim São Luís, foi apontada como uma estratégia que dificulta a organização comunitária e o acesso a políticas públicas. Exemplos práticos reforçaram a importância de mapear os problemas e as potencialidades: jovens relataram como, ao caminhar pelo bairro, identificaram pela primeira vez um ponto de acúmulo de lixo, até então naturalizado. Também foram compartilhadas experiências como a criação de redes comunitárias locais e sistemas de troca solidária de materiais de construção.

Para terminar, foi apresentado o Caderno para Realização de Grupos de Diálogo. Esse caderno é um material pedagógico criado no âmbito do projeto Afluentes, desenvolvido pela Ação Educativa. Ele orienta, de forma simples e prática, como organizar os grupos de diálogo e, no caso do nosso projeto, identificar problemas socioambientais e elaborar propostas de solução.

O documento apresenta os objetivos dos grupos, a dinâmica do encontro, além de três perspectivas para pensar soluções: ações individuais, mobilização comunitária e transformação estrutural por meio de políticas públicas. Também traz princípios de convivência no diálogo, sugestões de agenda e conteúdos de apoio que valorizam a escuta, o respeito à diversidade e a participação de todos para a elaboração de políticas públicas mais justas e sustentáveis.





Simulação prática e elaboração de propostas

O segundo dia foi dedicado a uma **simulação prática de grupos de diálogo**, com base em um território fictício: a Vila Xururu, bairro periférico marcado por enchentes, calor extremo, problemas de saúde, transporte precário e disputa por uma horta comunitária ameaçada pela construção de um estacionamento.

Divididos em grupos, os jovens desempenharam papéis de mediadores e moradores, e puderam exercitar a escuta, a formulação de perguntas e a construção de consensos. As encenações revelaram tensões reais entre diferentes caminhos de ação: desde a defesa de atitudes individuais até a cobrança de políticas públicas, passando pela organização coletiva. Surgiram também conflitos sobre confiança ou descrédito no poder público, com destaque para a complexidade do processo de mediação.

O Grupo 1 destacou a dificuldade de manter um roteiro claro e de garantir foco nas perguntas, mas conseguiu elaborar propostas concretas, como parcerias com associações locais, separação de lixo reciclável e cobrança coletiva por infraestrutura. O Grupo 2, em sua simulação, evidenciou divergências entre moradores sobre responsabilidade individual, organização comunitária e confiança em políticos, mas terminou propondo ações conjuntas de plantio de árvores e pesquisa sobre plantas do território.

O Acampamento se consolidou como um espaço de vivência imersiva, em que os jovens puderam experimentar na prática os desafios da facilitação e da mediação comunitária. Mais do que aprender conceitos, vivenciaram a necessidade de escuta, negociação e construção coletiva de soluções.

Os dois dias reforçaram a ideia de que os três caminhos propostos para estimular o debate são: ação individual, mobilização comunitária e transformação estrutural. Não são excludentes, mas podem se complementar. A experiência preparou os participantes para a etapa seguinte do projeto: organizar os grupos de diálogo nos próprios territórios.

Curadoria, produção e festival: “Afluentes em Ação” no Jardim Lapenna

Como desdobramento do percurso formativo, o Afluentes desenvolveu, em parceria com o **Centro de Eventos da Ação Educativa — Espaço Cultural Periferia no Centro**, uma etapa de formação em curadoria e produção de eventos. A proposta foi construir a devolutiva da experiência não a partir de um modelo rígido ou burocrático, mas como uma ação política de socialização no território: um encontro capaz de articular arte, debate público e mobilização comunitária a partir dos temas trabalhados ao longo dos módulos.

Em um encontro presencial, os jovens refletiram sobre o que significa produzir um evento em diálogo com a realidade local e como escolhas de programação, linguagem, parceiros e formatos expressam visões de mundo. Em vez de optarem por um formato tradicional, decidiram realizar um festival como modo de compartilhar os aprendizados da formação e dos grupos de diálogo. Para isso, organizaram-se em frentes de trabalho — programação, mobilização, comunicação e logística — contando com um prazo aberto para distribuir tarefas, exercitar decisões coletivas e assumir responsabilidades nas diferentes etapas de construção.

O processo culminou no evento **“Afluentes em Ação: Arte, Som e Sustentabilidade no Lapena”**, realizado no dia **18 de outubro**, no Galpão ZL, no Jardim Lapenna. A programação, construída coletivamente pelos jovens, reuniu experiências populares, periféricas e negras que articulam cultura e formação política. Os moradores do Jardim Lapenna puderam vivenciar o cortejo do Baque CT, roda de conversa sobre territórios urbanos e justiça socioambiental, oficinas de horta comunitária, musicalização e práticas corporais, Slam Jovens Afluentes, pocket show da poetisa marginal Kat Mira, Bloco Preto Zumbiido Afropercusivo e Espaço Kids. Mais do que um dia de atividades, o festival se consolidou como uma imersão final, na qual os participantes puderam colocar em prática os aprendizados sobre curadoria, produção e incidência, transformando formação em experiência concreta de ocupação do território e celebração coletiva.

O **“Afluentes em Ação”** sintetizou, assim, o eixo formativo do projeto ao afirmar as juventudes periféricas no centro da criação, articulando conhecimento, arte



Cidade que Afoga

A cidade foi feita para esquecer.
Esquecer o rio,
esquecer o chão,
esquecer quem veio antes,
quem mora longe do cartão-postal.

Debaixo das avenidas,
o que ainda escorre é silêncio.

Silêncio de água que já foi limpa,
de gente que já foi ouvida.
São Paulo tem pressa.

Mas não espera quem anda a pé,
quem pega ônibus na lama,
quem dorme com goteira
e acorda com sirene.

Maria Antonia

4. Realização dos grupos de diálogo

e mobilização para fortalecer o Jardim Lapenna como território de referência na luta por justiça socioambiental.

O diálogo como método

A formação de jovens lideranças culmina nesta fase do projeto com a organização de grupos de diálogo, dos quais o público foi convidado a participar. São espaços de reflexão e debate coletivo, que devem apontar caminhos possíveis para melhores políticas públicas socioambientais e para o desenvolvimento de uma cultura pautada em justiça socioambiental.

Os Grupos de Diálogo são uma metodologia participativa e educativa, que reúne pessoas de diferentes origens para refletir, trocar experiências e elaborar coletivamente propostas sobre temas de interesse público como educação, segurança pública, racismo, imigração, saúde e meio ambiente, sempre ligadas a políticas públicas. Inspirados na metodologia internacional *Choicework Dialogue*, vão além da simples pesquisa de opinião: estimulam a escuta, a negociação entre diferentes pontos de vista e a tomada de decisões coletivas.

No projeto Afluentes, os grupos foram convidados a debater o impacto das mudanças climáticas no território do Jardim Lapenna, na Zona Leste de São Paulo – local escolhido durante o processo formativo.

A escolha desse local nasceu da indicação de uma das jovens participantes do projeto, Tankian dos Santos Sousa, que já atuava no território e reconhecia ali um exemplo potente de mobilização comunitária e organização popular.

O bairro se destaca pela forte atuação coletiva da comunidade e pelo trabalho desenvolvido no Galpão ZL, espaço da Fundação Tide Setubal que abriga iniciativas nas áreas de cultura, economia solidária e desenvolvimento local. É também no Galpão que acontecem as reuniões do Plano de Bairro, um processo

participativo que reúne moradores e coletivos na formulação de propostas e metas para a melhoria do território, orientado pela Teoria da Mudança do Jardim Lapenna.

Dessa dinâmica comunitária emergiram iniciativas importantes, como a Coopellap, cooperativa de costura que promove trabalho digno e formação profissional, e a Bike Som da Ciclog, serviço de comunicação comunitária realizado por meio de bicicleta, que percorre o bairro divulgando informações sobre o Plano de Bairro e mobilizando moradores para as reuniões mensais. Essas ações ampliam o acesso à informação, fortalecem a participação popular e consolidam redes locais de cuidado e cooperação.

A presença dessas experiências tornou o Jardim Lapenna o espaço ideal para o desenvolvimento das atividades do projeto, permitindo que as reflexões sobre justiça socioambiental se conectem diretamente às práticas cotidianas, aos desafios concretos e às ações construídas pela própria comunidade.

Para apoiar essa reflexão, apresentamos três caminhos de ação, construídos a partir de dados e vivências locais: **(1) a responsabilização individual, que aposta em cada pessoa cuidar do seu espaço e fazer a sua parte; (2) a mobilização comunitária e a educação popular, que valorizam a força coletiva em mutirões, campanhas, rodas de conversa e produção de conhecimento no território; e (3) a transformação estrutural, que depende do poder público, por meio de políticas, serviços e enfrentamento das desigualdades mais profundas.**

As perguntas que orientaram a realização dos grupos de diálogo foram:

- **Quais são os principais problemas socioambientais que impactam nosso território?**
- **Quais são os melhores caminhos para enfrentar esses problemas e promover uma cultura ecológica e de bem-viver?**

As soluções elaboradas nos grupos de diálogo na última seção deste caderno foram apresentadas em intervenções artísticas, planejadas e executadas pelos jovens participantes desse processo.

Rodas de Conversa: Periferias pelo Clima

No dia 15 de agosto, o Galpão ZL, abrigou o evento “Rodas de Conversa: Periferias pelo Clima”. Organizado pela Ação Educativa, a dinâmica dos grupos de diálogo fez parte das Rodas de Conversa da Frente Periférica por Direitos, em parceria com a Fundação Tide Setúbal. A ideia nasceu da constatação de que as populações periféricas, embora estejam entre as mais afetadas por enchentes, calor extremo e precariedade urbana, raramente têm voz nos espaços oficiais de decisão, como a COP30.

Diante disso, o evento teve como objetivo promover grupos de diálogo para aproximar o debate climático das realidades periféricas e contribuir para a construção de uma carta-manifesto, que traduz os impactos concretos da crise climática nos territórios.

O encontro reuniu moradores do território, jovens integrantes do projeto Afluentes, lideranças comunitárias e um público diverso da região para debater os desafios socioambientais e suas conexões com a agenda da COP30. A manhã começou com uma mesa introdutória, mediada por Juliane Cintra, coordenadora na Ação Educativa, que trouxe reflexões fundamentais para situar o debate.

Everton da Silva Oliveira, coordenador do Ciclog Leste, abordou o tema do Racismo Ambiental, evidenciando como as populações periféricas e negras são historicamente mais expostas à degradação ambiental, ao descaso do poder público e às consequências da crise climática.

Débora Yamamoto, mestrande em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, tratou das Emergências Climáticas e seus impactos na infância, e lembrou como crianças e adolescentes das periferias são particularmente atingidas por enchentes, calor extremo e pela precariedade urbana.

Henrique Frota, Diretor Executivo do Instituto Polis e assessor da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, compartilhou perspectivas sobre a Cúpula dos Povos e a COP30, em conexão com a experiência do Jardim Lapenna, o contexto de espaços nacionais e internacionais de negociação climática.

Uvanderson Silva, sociólogo e coordenador de programas na Fundação Tide Setúbal, apresentou uma discussão sobre Democracia e Periferia, destacando a importância da participação popular e do fortalecimento dos territórios como sujeitos políticos ativos na construção de alternativas socioambientais.

Esse momento inicial serviu para aquecer os debates e valorizar a escuta, a troca e o reconhecimento dos saberes locais. **Na sequência, o público foi dividido em quatro grupos de diálogo, conduzidos por jovens integrantes do projeto Afluentes.** A metodologia dos grupos de diálogos cria dinâmicas participativas, além de garantir espaço horizontal e plural de construção coletiva.

→ O Grupo 1 contou com moradores de diferentes idades e trajetórias, incluindo jovens do Jardim Nair e do próprio Lapenna, além de participantes de outros bairros. Foram apontados problemas como saneamento precário, enchentes recorrentes, lixo acumulado e descartado de forma irregular, queima de resíduos, abandono de casas e falta de áreas verdes. As propostas giraram em torno de educação cidadã e ambiental, fortalecimento da união popular e da participação comunitária, cobrança mais incisiva ao poder público, criação de hortas comunitárias e jardins de chuva, além de melhorias em infraestrutura, transporte e habitação.

→ O Grupo 2 concentrou-se em três eixos de ação: responsabilidades individuais, mobilização comunitária e incidência política. Entre as sugestões estiveram mutirões de limpeza semanais, monitoramento comunitário de áreas críticas, campanhas educativas nas escolas, aumento de ecopontos e maior diálogo com a prefeitura. A ênfase esteve na coesão comunitária para transformar práticas locais em mudanças estruturais.

→ O Grupo 3 contou com um grupo muito heterogêneo de moradores e lideranças comunitárias. Esse grupo trouxe debates densos sobre saúde pública, dependência química e saúde mental, para mostrar a gravidade da situação dos jovens e a ausência de políticas adequadas. Foram feitas denúncias sobre alagamentos, descarte irregular de lixo, falta de iluminação noturna e abandono de obras. O grupo destacou também a invisibilidade de pessoas em situação de rua e a exclusão linguística e social nos processos oficiais da COP30. Entre as

soluções propostas, apareceram a compostagem comunitária como referência do bairro, a criação de canais de comunicação das periferias, o fortalecimento da educação cidadã e ambiental, a organização de cooperativas de renda e a necessidade de articulação política com o poder público para transformar demandas locais em políticas públicas.

→ O Grupo 4, composto por adolescentes da E.E. Prof. Pedro Moreira Matos, do Jardim Lapenna, destacou problemas como enchentes, lixo nas ruas e rios, falta de saneamento, buracos e falta de medicamentos na UBS, além dos impactos da Nitro Química¹² na região. Divididos em subgrupos, apontaram desde o descarte irregular e a poluição do Parque Jacuí até a falta de atuação do poder público em áreas periféricas. Como soluções, propuseram fiscalização das fábricas, construção de um piscinão, palestras de conscientização e maior responsabilidade individual dos moradores, sempre articulando os três caminhos: ações individuais, mobilização comunitária e incidência política.

O encontro foi encerrado em clima de confraternização, com um almoço coletivo que reforçou os vínculos e celebrou o esforço conjunto.

Mais do que um espaço de denúncia e troca, a roda de conversa constituiu um passo importante na construção da **Carta – Periferias pelo Clima**. Este documento reuniu recomendações de políticas públicas elaboradas a partir das vivências do Jardim Lapenna e de outros territórios periféricos da Zona Leste, para conectar práticas locais às agendas nacionais e internacionais. O objetivo foi elaborar propostas que fortaleçam a incidência política do território, de modo que as vozes das periferias sejam ouvidas.

Nesse processo, o projeto Afluentes atuou como apoio metodológico e político ao fazer a mediação dos grupos e incentivar a sistematização das propostas. O intuito foi ampliar a capacidade das comunidades periféricas de formular, defender e negociar as próprias recomendações, para transformar suas realidades em referências de justiça socioambiental.

12 A Nitro Química é uma indústria química instalada na região do Jardim Lapenna, na zona leste de São Paulo, com atuação na produção de insumos para os setores farmacêutico, alimentício, químico e energético.

Diálogos em continuidade

No dia 26 de agosto, o Galpão ZL recebeu mais uma atividade do projeto Afluentes. Diferente do encontro anterior, esta edição foi integrada à reunião mensal dos Grupos de Trabalho do Jardim Lapenna de forma mais breve, mas igualmente participativa. O objetivo foi apresentar os problemas e propostas levantados no dia 15 de agosto e convidar os moradores a complementar ou revisar os pontos já desenvolvidos coletivamente.

A abertura ficou a cargo de Juliane Cintra, que deu as boas-vindas, apresentou a proposta e reforçou o sentido dos Grupos de Diálogo como espaços de escuta e incidência. Em seguida, Dandara Medeiros e Gustavo Figueiredo Dias (Jovens do projeto Afluentes) retomaram as sistematizações do dia 15 e entregaram aos participantes os registros organizados impressos para que servissem de base à reflexão. A partir daí, os moradores foram divididos em 5 grupos, mediados pelos jovens integrantes do projeto Afluentes, com a tarefa de avaliar, melhorar e acrescentar novas propostas.

Resultados dos grupos:

→ O Grupo 1 reuniu moradores preocupados sobretudo com o descarte irregular de resíduos, problema recorrente nas vielas e ruas do bairro. Foram sugeridos mutirões de limpeza, instalação de mais caçambas e melhoria da coleta municipal, incluindo nas vielas. Moradores denunciaram também obras mal planejadas, que agravaram alagamentos e desperdício de água, além de prejudicarem a circulação no território. A insegurança foi bastante citada: conflitos nas escolas, direção perigosa de veículos e aumento do consumo prejudicial de drogas. Houve ainda relatos sobre abandono de animais, falta de áreas verdes e crianças desassistidas. O grupo sugeriu uma ouvidoria do território e reforçou a necessidade de união comunitária.

→ O Grupo 2 enfatizou a falta de preservação das áreas verdes e a dificuldade de acesso ao ecoponto existente. Foram citados problemas de iluminação pública, racionamento de água e falta de união entre moradores. Como propostas, destacaram: ampliar os horários de coleta de lixo, criar mais caçambas, melhorar

o transporte (hoje restrito a uma única via de acesso e de saída do bairro), ampliar escolas de tempo integral, contratar mais professores, garantir espaços públicos para a juventude e até mesmo construir um parque de diversão comunitário.

→ O Grupo 3 analisou a correspondência entre os problemas apontados no dia 15 e a realidade cotidiana. Entre os temas discutidos, destacaram-se: falta de saneamento básico, proliferação de insetos e animais, ausência de coleta regular nas áreas mais vulneráveis, descarte inadequado, exclusão social e digital (ausência de numeração das casas, estigma junto a motoristas de aplicativo e entregadores), precariedade na saúde e educação, ausência de arborização e falta de políticas de logística reversa. Como soluções, reforçaram a educação ambiental nas escolas, pressão sobre o poder público, projetos para escoamento de lixo e defesa de áreas verdes.

→ O Grupo 4 contou com moradores que relataram a falta de comunicação entre serviços públicos e comunidade, e compararam o bairro a uma “floresta de concreto e terra” pela escassez de áreas verdes. Foram mencionadas a falta de mobilidade, precariedade na saúde e educação e a ausência de parlamentares comprometidos com a região. Entre as propostas, destacaram-se a ampliação dos canais de comunicação (como cartazes informativos pelo bairro), criação de áreas verdes verticalizadas, parcerias com universidades, transporte circular (van ou micro-ônibus), projeto de adoção e castração de animais, além de atividades culturais e esportivas diversificadas como forma de prevenção ao consumo prejudicial de drogas.

→ O Grupo 5 reuniu moradores adultos e muitas crianças. Foram reforçadas denúncias sobre rio poluído e enchentes, descarte irregular de lixo, obras demoradas e mal planejadas, falta de profissionais de saúde (incluindo a ausência de psicólogo), demora nos atendimentos e escassez de equipamentos de lazer. Apontaram também a história da Nitro Química, empresa que teria influenciado o surgimento do bairro, com impactos positivos (empregos) e negativos (poluição). Como complementos, sugeriram: melhoria no abastecimento de água e energia, numeração das casas, projetos de áreas verdes, segurança nas escolas, escolas

de tempo integral e espaços infantis.

O encontro terminou com jantar e agradecimentos coletivos. Assim como no dia 15, a proposta não se limita a sistematizar problemas, mas visa formular recomendações de políticas públicas que expressem as demandas e força transformadora do Jardim Lapenna.

Ao integrar o trabalho dos grupos de diálogo à reunião dos Grupos de Trabalho do Jardim Lapenna, reforçou-se a ideia de que a mobilização comunitária é essencial para a incidência política. O projeto Afluentes atuou no apoio à mediação dos grupos e na escrita coletiva dessas recomendações, de modo a oferecer suporte técnico e metodológico para que o próprio território pudesse apresentar suas propostas de justiça socioambiental em espaços decisivos.



42



43

Ninguém aguenta mais
Tudo o que um dia era hoje não é mais
O racismo ambiental corrói os ancestrais
Árvores queimadas, sonhos cortados
E quem sofre continua silenciado
Na periferia, a natureza fala
Mas o Estado, em sua indiferença, anula
Nos corpos negros o peso sempre cai
E a culpa para quem vai?

Não há áreas verdes,
Há deslizamentos, secas e enchentes
Em São Paulo os casos são recorrentes demais

Nas áreas de risco, como é que se dorme em paz?
Querem tornar São Paulo “moderna”,
Mas a que custo, se a terra é enferma?
Os rios se escondem, o ar se estreita,
E a água que antes fluía, agora se sujeita
Vivemos em uma política cega
Mas não vamos dar trégua
Nós sabemos quem se recusa a enxergar
Só digo uma coisa: A terra e os povos vão se levantar.

Davi

5. Sistematização dos resultados dos Grupos de Diálogo (Problemas/Propostas)

Durante os grupos de diálogo, ficou claro que o caminho mais consistente não seria a escolha exclusiva de uma dimensão, mas sim a combinação das três propostas apresentadas. A responsabilização individual, a mobilização comunitária e a transformação estrutural não se excluem; ao contrário, se complementam e se fortalecem mutuamente.

Os participantes ressaltaram a importância de zelar pelo próprio entorno, assumindo responsabilidades pessoais, ao mesmo tempo em que valorizaram o engajamento coletivo para denunciar injustiças, compartilhar saberes e promover ações transformadoras. Também enfatizaram a urgência de assegurar que o poder público cumpra de fato os compromissos firmados e desempenhe seu papel na garantia de direitos da população. Por isso, o que se segue não é a seleção de apenas um caminho, mas uma sistematização das principais questões a serem solucionadas e das propostas construídas coletivamente durante os grupos de diálogo.

A) Diagnóstico:

1. Infraestrutura Urbana, Moradia e Direito à Cidade

- Falta de rede de esgoto adequada;
- Desassoreamento e despoluição insuficientes dos rios;
- Falta de infraestrutura de drenagem, como bloqueios, jardins de chuva e hortas comunitárias, que poderiam amenizar os impactos das chuvas (moradores relatam um erro de nivelamento: a elevação das ruas direciona o fluxo das chuvas diretamente para as vielas, que ficaram em um nível mais baixo);

- **Racionamento de água frequente;**
- **Rede elétrica precária, falta de energia de qualidade;**
- **Moradias precárias** e em áreas de risco, sem regulação fundiária ou condições dignas de habitação;
- **Falta de transporte público**, com poucos pontos de ônibus e terminais, o que dificulta o deslocamento da população;
- **Buracos nas ruas**, que prejudicam a mobilidade e a segurança dos moradores;
- **Ausência de numeração nas casas**, que dificulta entregas e correspondências;
- **Exclusão digital e territorial**: aplicativos de transporte e de entrega não chegam até o bairro, o que prejudica a mobilidade, o acesso a serviços e reforça a marginalização da comunidade;
- **Falta de espaços de lazer para crianças**;
- **Descaso do Poder Público em relação às demandas da comunidade**, sem respostas efetivas para saneamento, moradia e infraestrutura;
- **Obras sem planejamento**, que pioraram a drenagem e os alagamentos, além de danos a encanamentos, com grande desperdício de água;
- **Obras públicas paralisadas ou demoradas**, que não atendem às necessidades urgentes do bairro;
- **Avanço do setor privado sobre áreas públicas e verdes**, o que reduziu espaços de convivência e lazer;

2. Segurança Pública

- **Falta de segurança nas ruas, com pouca sinalização e monitoramento**, o que

expõe os moradores a riscos;

- **Falta de iluminação pública à noite**, o que aumenta a insegurança e dificulta a circulação;

3. Saúde Pública e consumo prejudicial de drogas

- **Falta de profissionais de saúde nos postos e hospitais locais** e demora no atendimento, com a população ainda mais desassistida;
- **Dificuldades nas relações interpessoais no contexto do atendimento médico**;
- **Descaso com a saúde mental**, sem espaços ou programas que atendam às necessidades da população;
- **Abandono de animais**, que se tornam um problema de saúde (zoonoses) e segurança pública (ataques de animais);
- **Aumento do uso prejudicial de drogas** entre jovens, sem políticas públicas efetivas de redução de danos e/ou tratamento;

- **Pessoas em situação de vulnerabilidade, com uso prejudicial de drogas**, estão sendo deslocadas do centro para o bairro, sem soluções estruturais de saúde e combate à pobreza;

4. Meio Ambiente : Enchentes, Poluição, Lixo e Falta de Arborização

- **Enchentes frequentes**;
- **Rios poluídos**, devido ao lançamento de esgoto e resíduos sem tratamento;
- **Acúmulo de lixo nas ruas**, incluindo garrafas, latas, vidros e entulho, em razão de descarte irregular;
- **Queima de lixo**, o que agrava a poluição do ar;

- **Descarte inadequado de móveis e resíduos**, sem fiscalização ou punição para infratores;
- **Falta de ecopontos e coleta seletiva eficiente**, pois o serviço de coleta passa rapidamente, em poucos locais e não atende à demanda;
- **Falta de áreas verdes e arborização**, o que gera ilhas de calor e piora a qualidade de vida;
- **Empresas com presença histórica no bairro poluem o ar e o rio**, deixando a comunidade exposta aos impactos ambientais e sem acesso a áreas verdes ou de lazer;

5. Educação e Formação Cidadã

- **Escolas com baixa qualidade de ensino**, sem estrutura ou recursos adequados;
- **Dificuldades dos professores de resolver as brigas entre alunos na escola**;
- **Educação ambiental pouco desenvolvida nas escolas**, muitas vezes limitada apenas à separação de resíduos, à compostagem e à preservação básica do meio ambiente;
- **Desconhecimento sobre políticas públicas**, como logística reversa (responsabilidade das empresas de recolher e destinar corretamente os resíduos) e direitos dos consumidores, o que torna a população vulnerável;
- **A falta de titularização** das contas de água e energia dificulta a comprovação de endereço e **impede muitas famílias de acessar direitos sociais, como o Bolsa Família**;

6. Falta de Fiscalização e Monitoramento das Questões Socioambientais

- **Falta de fiscalização sobre empresas e pessoas que poluem e degradam o território**;

- **Projetos de urbanização que retiram árvores e áreas verdes**, sem consulta à população;

7. Falta de Representação e Mobilização Comunitária

- **Falta de união entre moradores**, o que dificulta a organização para cobrar melhorias;
- **Exclusão da população periférica em espaços de decisão**, como a COP30, na qual a fluência em inglês é um requisito, o que impede a participação de muitos;
- **Normalização dos problemas**, como alagamentos e falta de saneamento básico, que são aceitos como “normais” pela população e pelo Poder Público;

8. Comunicação e Mídia

- **Falta de visibilidade dos problemas da periferia** pela mídia tradicional, que ignora ou distorce as realidades locais;

9. Economia, Trabalho e Cooperativas

- **Ausência de oportunidades de trabalho e geração de renda**, o que exacerba a precariedade urbana;

B) Propostas:

1. Infraestrutura Urbana, Moradia e Direito à Cidade

- **Garantir rede de esgoto e tratamento adequado;**
- **Implantação de jardins de chuva e hortas comunitárias para melhorar a drenagem;**
- **Instalar grelhas nos pontos de drenagem e bocas de lobo** para evitar entupimentos;

- **Garantir regularização fundiária na região**, melhoria das condições habitacionais e reassentamento adequado de famílias que vivem em áreas de risco;
- **Ampliar a oferta de transporte público**, com mais pontos e com a construção de um terminal de ônibus;
- **Criação de novas vias de entrada e saída do bairro**, para facilitar a circulação de pessoas e veículos, melhorar a mobilidade e garantir acesso seguro em casos de emergência;
- **Criar um parque de diversões para a comunidade**;
- **Solicitar ao poder público a ampliação de equipamentos públicos** como escolas, moradias, unidades de saúde e hospitais, pois a falta de serviços adequados impacta diretamente a qualidade de vida da população;

2. Segurança Pública

- **Implantar monitoramento por câmeras**, sinalização de trânsito para melhorar a segurança para a população;
- **Instalação de lombadas** para reduzir a velocidade do trânsito;
- **Solicitar ao poder público melhorar o sistema de iluminação pública**;

3. Saúde Pública e consumo prejudicial de drogas

- **Necessidade de psicólogos e espaços especializados para atender a população**;
- **Criação de projeto de adoção e castração de animais**;
- **A solução deve passar pela recuperação e o enfrentamento das desigualdades**

sociais, não apenas repressão;

- **Criar e fortalecer espaços culturais e esportivos para a juventude** (oficinas artísticas, teatro, música, artesanato, esportes como vôlei, basquete, artes marciais, etc.), como alternativas de lazer para a prevenção ao consumo de drogas pelos jovens;

4. Meio Ambiente : Enchentes, Poluição, Lixo e Falta de Arborização

- **Construção de piscinão como medida complementar**, além do reforço das responsabilidades individuais dos moradores para a manutenção do espaço urbano;
- **Fazer o desassoreamento e despoluir os cursos d'água**;
- **Fazer mapeamento da região para melhorar a coleta de lixo**;
- **Aumentar o número de dias de coleta de lixo por semana (de 3 para 5 vezes por semana) e lembrar os horários de coleta de lixo** para evitar que as pessoas coloquem o lixo em horários errados, que acaba se acumulando na rua;
- **Aumentar a quantidade de ecopontos e caçambas** em pontos acessíveis;
- **Cada morador deve manter os espaços limpos**, descartar o lixo corretamente e conscientizar outras pessoas, além de aumentar a divulgação do número de ecopontos, bem como sua localização;
- **Ampliar experiências de compostagem já existentes**, especialmente em escolas com hortas, para tornar o bairro referência nesse tema;
- **Planejar a cobertura vegetal em áreas urbanas**, plantar árvores e distribuir mudas para os moradores;
- **Dar mais visibilidade às práticas ambientais do território**, de forma contínua e organizada, para envolver escolas, espaços religiosos, pontos de cultura e

outras instituições locais.

5. Educação e Formação Cidadã

- **Ampliar o número de professores no bairro**, para garantir melhores condições de ensino e acompanhamento individualizado dos estudantes;
- **Implantar escolas de tempo integral**, para oferecer educação de qualidade, alimentação e atividades complementares durante todo o dia, para reduzir a exposição dos jovens à vulnerabilidade social e ao consumo precoce de drogas;
- **Implementar e fortalecer a educação ambiental nas escolas**, com palestras, campanhas e projetos educativos, para incentivar práticas sustentáveis (reciclagem, separação de resíduos, hortas, etc.) entre crianças e jovens;
- **Ampliar palestras, formações diretas, campanhas online e publicidade pró-ambiental**, com recursos do Poder Público para apoiar programas comunitários educativos;
- **Promover ações de educação da população** sobre os benefícios da regularização do acesso à água e à energia. Ter contas no próprio nome permite acessar programas sociais do governo, como o Bolsa Família, além de garantir melhores condições e, no final, pagar menos pela eletricidade e pela água;

6. Falta de Fiscalização e Monitoramento das Questões Socioambientais

- **Monitorar e multar quem polui o bairro**, o que promove a responsabilidade individual;
- **Cobrar do poder público maior controle sobre fábricas poluidoras**, para assegurar saneamento, segurança e cumprimento das normas ambientais;

7. Falta de Representação e Mobilização Comunitária

- **Ampliar o acesso à informação da população sobre direitos e deveres**, além de estimular a participação ativa nas decisões do bairro e a mobilização coletiva;
- **Compreender a política como gestão do território e transformar ações locais em políticas públicas**;
- **Ampliar espaços de encontro e organização comunitária**, para dar continuidade aos projetos e fortalecer as lideranças;
- **Fortalecer a organização popular para cobrar prefeitura e órgãos superiores** com reuniões no território, convites a representantes e manifestações presenciais ou digitais;
- **Criar uma ouvidoria local no bairro para receber reclamações**, sugestões e denúncias da população, com maior transparência, participação cidadã e agilidade na resolução de problemas;
- **Envolver parlamentares** para fiscalizar a Prefeitura e propor leis que atendam às demandas do bairro;
- **Organizar mutirões regulares de limpeza e preservação do bairro**, formar equipes de monitoramento e incentivar que cada morador contribua no que está ao seu alcance;

8. Comunicação e Mídia

- **Ampliar os meios de comunicação comunitária já existentes**, como o 'Ciclog', e ampliar o número de bicicletas que circulam pelo território para divulgar informações;
- **Instalar mais cartazes em pontos estratégicos do bairro com informações sobre atividades e serviços locais**, especialmente as do Galpão;
- **Valorizar o trabalho de jornalistas locais e criar canais de comunicação próprios da comunidade**, para dar voz às necessidades e soluções do território,

além de torná-las mais visíveis e compreensíveis;

9. Economia, Trabalho e Cooperativas

- Apoiar as cooperativas existentes no território como forma de gerar renda, fortalecer a economia local e promover organização comunitária;



Entre rios corria a cidade,
veias abertas de um corpo ancestral,
mas veio o concreto com sua vontade
de apagar o que chamava de “natural”.

São Paulo cresceu sufocando a margem,
retificando a curva, o curso, a história.
O rio virou esgoto, a várzea, garagem.
E o povo da beira? Ficou na memória.
Nas águas cobertas, ecoam gritos
de gente expulsa sem aviso ou direito.

Pretos, pobres, nordestinos aflitos,
foram varridos em nome do “projeto”.
Cada enchente, um lembrete sombrio
de que a cidade não esquece quem exclui.

É o racismo ambiental, frio e sombrio,
que determina quem vive – e quem flui.
Mas há quem resiste na beira da dor,
plantando esperança em terra ferida.
Revela-se a luta, brota o clamor
de uma cidade que quer outra vida.

Isabella

6. Aprendizados da formação Afluentes

Este Diário de Percurso se encerra como uma partilha — não como síntese de um modelo fechado, mas como abertura de caminhos para quem deseja construir experiências formativas territorialmente situadas. Os aprendizados reunidos ao longo do projeto Afluentes reafirmam que educar em processos coletivos implica criar condições para o encontro entre saberes, trajetórias e territórios diversos, muitas vezes conectados por tempos e dinâmicas muito distintas.

Desde o início, o desenho da formação apresentou um desafio central: promover um percurso educativo no formato remoto, articulando atividades síncronas e assíncronas com jovens de diferentes regiões do estado de São Paulo¹³. Esse contexto exigiu uma metodologia flexível, capaz de acolher ritmos variados de participação, lidar com desigualdades de acesso e compreender que os vínculos se constroem de maneira distinta quando os encontros não se dão principalmente em presença física. Estar atentos a esses tempos foi parte constitutiva do processo — assim como buscar marcar presença nos espaços cotidianos de comunicação e convivência dos próprios grupos, criando canais de acompanhamento próximos e constantes.

No campo da organização do percurso, o planejamento se revelou uma ferramenta de cuidado. A definição prévia de prazos e sua comunicação com antecedência deram aos jovens a possibilidade de organizar a participação de forma mais autônoma, respeitando seus próprios ritmos. O registro dos encontros, com a disponibilização das gravações, constituiu uma memória viva da formação, permitindo revisitar os conteúdos sempre que necessário. A escolha por formatos acessíveis — como vídeos curtos, imagens, exemplos práticos e resumos — contribuiu para tornar a aprendizagem mais fluida e inclusiva. Já os lembretes

13 Os jovens eram oriundos de regiões diversas, incluindo cidades do interior e da região metropolitana (Jundiaí – Aglomeração Urbana e Vila Arens; Campo Limpo Paulista; Caieiras – Vila Rosina; Carapicuíba; Itapevi – Jardim Santa Rita; Embu das Artes – Vila Olinda) e uma ampla variedade de bairros periféricos da capital (Jardim Santa Lucrécia, Jaraguá, Jardim Elisa Maria, Jardim Peri, Piqueri, Lapa, Jardim Esmeralda, Jardim das Vertentes, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Grajaú, AE Carvalho – Cidade Patriarca e Jardim Pantanal).

ao longo do processo reforçaram o acompanhamento coletivo, reconhecendo as diferentes rotinas e sustentando a continuidade da participação.

Nas dinâmicas de aprendizagem, os momentos de estudo em grupo — especialmente nos encontros online — ampliaram a compreensão dos temas e consolidaram vínculos entre participantes, a partir do compartilhamento de experiências e leituras diversas. Realizar atividades em conjunto, como assistir a vídeos ou ler textos coletivamente, garantiu uma base comum para os debates e favoreceu a livre expressão das interpretações pessoais. Sempre que possível, os encontros presenciais aprofundaram o senso de pertencimento e fortaleceram o compromisso com o processo formativo. A articulação entre os conteúdos e os desafios concretos dos territórios — como nos grupos de diálogo e nas atividades de mobilização — deu sentido prático à formação, aproximando reflexão e ação.

No eixo do cuidado e dos vínculos, as conversas individuais foram fundamentais para acompanhar trajetórias, compreender momentos de permanência ou de pausa e fortalecer relações de confiança. A escuta ativa se colocou como princípio central da metodologia, criando espaços onde as vozes dos jovens fossem reconhecidas como parte constitutiva do percurso. O estímulo à liderança, especialmente nos momentos de socialização dos resultados, favoreceu o fortalecimento da autonomia e a afirmação das potências coletivas. A valorização de múltiplas formas de expressão — pela fala, escrita, desenho ou outras linguagens — ampliou as possibilidades de participação, respeitando as singularidades de cada pessoa. Os rituais de início e encerramento, com músicas, poemas ou palavras partilhadas, ajudaram a marcar simbolicamente os ciclos vividos e a reafirmar os afetos construídos ao longo da formação. A constante atenção ao ritmo do grupo, com revisões de prazos e ajustes metodológicos, garantiu que o aprendizado se desenvolvesse de modo significativo para todos.

Reunidos, esses aprendizados não configuram uma receita pronta, mas um conjunto de escolhas que podem inspirar outros processos formativos comprometidos com a construção compartilhada de saberes. Que este **Diário de Percurso** possa circular como instrumento de multiplicação, alimentando novas práticas e fortalecendo lutas e confluências nos mais diversos contextos.







Publicação produzida com recursos provenientes do Termo De Fomento N° 17/2024 Processo SCEC-PRC-2024-00158-DM- Demanda 68001, UGE 120101, referente ao projeto, “Uma Cultura Ecológica em um Mundo Sustentável”, oriundo da emenda parlamentar 202407058920

